

# A crise do constitucionalismo no romance social latino-americano\*

Prof./mestrando Dionisio Márquez Arreaza (ULA-Venezuela/UFRJ)

## **Resumo:**

A construção ficcional do fracasso do idealismo nacionalista das personagens-cidadãos, em *Triste fim de Policarpo Quaresma* (Rio de Janeiro, 1915) de Afonso Henriques de Lima Barreto e *En este país...!* (Caracas, 1920) de Luis Manuel Urbaneja Achelpohl, articula emancipação política, literatura de fundação nacional e representação narrativa de maneira a revisar a história republicana do Brasil e da Venezuela. Policarpo Quaresma e Gonzalo Ruiseñol, respectivamente, são portadores dos ideais patrióticos em sintonia com a retórica nacional da literatura fundacional e, portanto, do seu caráter “ex-colonial”. Este caráter comporta uma ambivalência que oscila entre, por um lado, reconhecer a inclusão do sujeito marginalizado étnica e socialmente e, por outro, reproduzir o mesmo olhar ocidental e colonizador que no passado marginalizou esse sujeito. Na situação republicana os personagens arriscam reproduzir este olhar através da nova linguagem libertária do ideário republicano contida no projeto civilizador do constitucionalismo. A dessemelhança entre a interpretação oficial da nação e a prática societal excludente se textualiza no dilema patriótico das personagens. A tensão entre retórica e prática evidencia, em formas particulares a cada Estado-nação, usos não igualitários nem libertários do constitucionalismo interligando o drama das personagens fictícias ao dos sujeitos historicamente marginalizados, revelando a ambivalência ex-colonial na origem da república sul-americana.

**Palavras-chave:** Romance, Exclusão social, Constitucionalismo.

## **1 Introdução**

Nesse trabalho explicarei como a queda do idealismo nacionalista em personagens romanescos revisa criticamente a retórica fundacional que orienta este ideal, revelando o caráter “ex-colonial” latino-americano a quase cem anos da situação de independência. A construção do fracasso dos personagens Policarpo Quaresma, em *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1915) de Lima Barreto, e Gonzalo Ruiseñol, em *En este país...!* (1920) de Urbaneja Achelpohl, representa artisticamente a tensão entre discurso ideal liberal patriótico e prática republicana excludente. Mediante o fracasso das iniciativas reformistas destes personagens se divisa a herança colonial patente na república, a qual remete ao constitucionalismo que concretiza a independência política. Ligado à linguagem do romantismo brasileiro e o neo-classicismo venezuelano, o uso da retórica de fundação, respectivamente, em Policarpo e Gonzalo representam a ambivalência onde o projeto nacional e a forma política revivem a oposição colonizador/colonizado de maneira de adiar a emancipação social que completaria a independência política.

---

\*Esse trabalho faz parte de um projeto financiado e inscrito no CDCHTA da Universidad de Los Andes (Venezuela).

## 2 Análise textual

Por via intertextual Policarpo se relaciona com a escrita romântica alencariana. A ideologia do romantismo nacional é filtro de interpretação dos livros que Policarpo lê. Essa ideologia passa a funcionar como leitura do mundo. A leitura romântica é então interpretação objetiva da realidade brasileira que, na voz irônica do narrador, vira patriotismo literal –o que o programa alencariano não contemplou– em um desenho ingênuo do personagem. Lemos nas primeiras páginas do romance, cito:

Nada de ambições políticas ou administrativas; o que Quaresma pensou, ou melhor, o que o patriotismo o fez pensar, foi num conhecimento inteiro do Brasil, levando-o a meditações sobre seus recursos, para depois então apontar os remédios, as medidas progressivas, com pleno conhecimento de causa” (LIMA, 1984, p. 16).

Ciente de sua condição cidadã, a paixão pelo Brasil domina sua atividade intelectual ‘pura’, fora de toda participação política. Mas, seu patriotismo faz com que ele se creia capaz de contribuir com reformas e soluções aos problemas do país através dos mecanismos legais existentes do Estado.

No capítulo quatro da primeira parte do romance, a revalorização do índio como elemento local e fundamento da identidade nacional o leva a enviar um requerimento para o Congresso. Ele propõe seja decretado o tupi-guarani como língua nacional por se opor à língua portuguesa “emprestada” e conclui que essa “emancipação idiomática” é “complemento e consequência” da “emancipação política” (LIMA, 1984, p. 60).

O requerimento é afirmação política na associação do idioma à independência do país. Lúcido e ingênuo em partes iguais, a “emancipação idiomática” referida por Policarpo coloca vivamente a questão colonial no contexto brasileiro através dos discursos romântico e positivista sobre a identidade nacional. Seguindo o raciocínio de Policarpo, o índio é o brasileiro por excelência. Se o idioma do índio é o tupi-guarani, logo este deve ser a língua do Brasil. Se o idioma do ‘invasor’, o português, continua sendo língua nacional, então a independência não se completou, o que supõe, ainda, que a emancipação política não pôde ser sucedida pela cultural. Se o Brasil fala o idioma do invasor e reproduz sua cultura, então a interpretação romântica da nacionalidade e o relato da independência política se encontram numa contradição básica. A ótica quixotesca (literal, ingênua) de Policarpo ridiculiza o sentido do requerimento e o próprio personagem, mas o ridículo adota carga crítica no romance e registra a tensão da retórica fundacional do romantismo nacional, ou seja, a tensão entre independência e herança colonial na história do XIX brasileiro.

Na segunda parte do romance, a tensão se reformula nas iniciativas agropecuárias. Embora Policarpo seja convencido da fertilidade da terra brasileira, cede parcialmente ao experimentar no campo o esforço físico esmagador e a destruição das pragas e ao reconhecer a necessidade de máquinas importadas e pesticidas para otimizar o trabalho. O uso de fertilizantes resta como único ponto de resistência. Policarpo não pode abrir mão da retórica fundacional da fertilidade porque negá-lo significaria negar a pátria. Nesse respeito, Antônio Cândido aponta que, cito:

Um dos pressupostos ostensivos ou latentes da literatura latino-americana foi esta contaminação, geralmente eufórica, entre a terra e a pátria, considerando-se que a grandeza da segunda seria uma espécie de desdobramento natural da pujança atribuída à primeira (1989, p. 140-1).

A imagem engrandecida da terra e a idéia de pátria enchida dessa imagem de terra, conformam um valor singular no romantismo literário não só brasileiro, mas na fundação literária latino-americana, que entra em tensão com a realidade dos costumes.

No final do ciclo agrário da narração, na segunda parte do romance, a coerção jurídica impede desenvolver sua atividade agrícola. Duas figuras poderosas do campo, ligados aos dois candidatos da versão rural da contenda eleitoral, desde seus cargos burocráticos intimam a Policarpo sob pretextos legalistas como consequência direta de não ter apoiado a nenhuma das opções eleitorais (LIMA, 1984, p. 103, 151). Essa politização da vida rural complementa negativamente o quadro rural na constatação da sub-exploração da terra cultivável e a exclusão social do regime latifundiário. O Policarpo avalia a situação assim, cito:

Pelos seus olhos passaram num instante aquelas faces amareladas e chupadas que se encontravam nos portais das vendas preguiçosamente [...]; viu aquelas *terras abandonadas, improdutivas*, entregues às ervas e insetos daninhos; viu ainda o *desespero de Felizardo, homem bom, ativo e trabalhador, sem ânimo de plantar um grão de milho em casa* e bebendo todo o dinheiro que lhe passava pelas mãos – este quadro passou-lhe pelos olhos com a rapidez e o brilho sinistro do relâmpago (grifos meus) (LIMA, 1984, p. 152),

mas, muito idealista, complementa da forma seguinte, cito:

Era preciso trabalhos maiores, mais profundos; tornava-se necessário refazer a administração. Imaginava um *governo forte*, respeitado, inteligente, removendo todos esses óbices, esses entraves, Sully e Henrique IV, espalhando sábias leis agrárias, levantando o cultivador... Então sim! O celeiro surgiria e a pátria seria feliz (grifos meus) (LIMA, 1984, p. 154).

Dividido entre a lucidez e ingenuidade, Policarpo visualiza o latifúndio como razão da exclusão social do camponês e a corrupção administrativa como razão jurídica que limita o potencial da agricultura, empobrecendo a comunidade rural. Impressiona a clareza com que entende o problema como político, o que paradoxalmente o posiciona na linha do ‘governo centralizador’, baseando suas idéias em experiências de monarquias européias. A análise de Policarpo ultrapassa a ele mesmo quando distingue a relação entre governo e cultivador e entre política e agricultura, uma vez ciente da tensão entre retórica fundacional do romantismo e prática da sociedade rural carioca.

No caso de *En este país...!*, dois jogos de tensão aparecem na ficção: a tensão geral entre retórica fundacional e prática societal e a tensão manifesta na ótica crítica do narrador entre o liberalismo e o cientificismo; as duas representadas através do fracasso da personagem.

O idealismo de Gonzalo Ruiseñol se relaciona tacitamente com a retórica fundacional do neoclassicismo hispano-americano representado em Andrés Bello. Seus poemas representam a natureza local e o passado indígena imprimindo na medida métrica o ideal apaixonado da pátria e pregando uma pedagogia liberal do trabalho agrícola. Entretecida com a independência hispano-americana dentre 1810 e 1824, a literatura de

Bello reúne a missão civilizadora antiga e hispânica cujas ordem e lei ensinarão a fundar as jovens repúblicas. O produto literário neoclássico vincula organização social e ética de trabalho de forma que a fundação literária enfatiza o valor do trabalho livre na vida feliz, simples e pacífica do campo oposto à cidade para assim engrandecer, lembrando a citação de Cândido, a imagem da terra inseparavelmente da ideia de pátria (1989, p. 140-1).

Tais coordenadas pátrias coincidem com Gonzalo Ruiseñol, ao que se acrescenta o conhecimento novo da engenharia agrônômica que adquire nos Estados Unidos. Seus empreendimentos científicos de corte liberal são caracterizados pela unidade da propriedade produtiva, a coletividade de agricultores pensada na iniciativa individual, a capitalização e confiança no sistema financeiro nacional, a noção de governo pequeno e a afirmação histórica de soberania. Porém, o alto custo da infra-estrutura e a maquinaria importada o faz hipotecar suas fincas, chegando à bancarrota antes do que ao lucro, drama que troca paulatinamente o otimismo eufórico por um complexo de inferioridade e sentimento pessimista. A narração relaciona fraqueza mental e falência econômica, ou seja, psicologia e economia. Dessa forma, o fracasso de Gonzalo significa, pela ótica do narrador, a crítica do liberalismo hispano-americano, melhor entendido como o liberalismo da classe “criolla”, dado que inverte o sentido ideal da concorrência.

A narração também critica a dependência do conhecimento trazido do estrangeiro e lá verificado. Em tal sentido, no capítulo XVIII, o narrador comenta, cito:

[S]u demasiada impaciencia, su obstinado someterse al plan científico, sin tener en cuenta los elementos libres de la naturaleza, le habían detenido y estorbado en la consecución de su obra. *Había cavilado mucho sobre los libros, aplicado su saber, pero sin tener en cuenta el medio. Y el medio le había vencido, porque en la tórrida, hombres, animales, plantas, métodos, ideas, se modifican, no desaparecen. Cada zona hace a su hombre y sus enfermedades [...]. Seres y cosas se hacen a la naturaleza que los circunscribe o los elimina (grifos meus) (URBANEJA, 1997, p. 298).*

‘Inovar’ para fazer aqui como lá se faz implica também um conhecimento específico da terra local, o que cria uma disparidade entre conhecimento estrangeiro, ainda que científico, e conhecimento local da terra, mesmo que tradicional. A contradição não está no método em si, mas na aplicação; o ‘livro’ de ciência poderia ser aproveitado na terra local (“tórrida”) sempre que se *observasse* a particularidade desta. Essa dependência aliena a “zona tórrida” da retórica fundacional, cujo signo une agricultura à soberania, com o qual a terra fica simbólica e fisicamente desnacionalizada. A composição do fracasso do patriotismo agrário do Gonzalo comporta um potencial anulado na origem e contempla múltiplas faces: a fraqueza psicológica que o diminui moralmente, o excesso financeiro que o tira da livre concorrência e a desterritorialização científica e neocolonial que o aliena da terra nacional. Assim, os instrumentos conceptuais do sujeito patriota obtêm um resultado inverso ao da proposta reformista.

Nessa ordem de idéias, o narrador julga a incapacidade de Gonzalo como produto do grupo social ao qual pertence. Ao longo do texto o narrador contrasta indiretamente Gonzalo com Paulo Guarimba, personagem etnicamente misturado e o protagonista bem-sucedido do romance que no início é um peão que, através da guerra, soube a escala social e se faz general, é promovido a Ministro de Guerra e, finalmente, graças a essa

ascensão social, pode casar com Josefina Macapo, uma menina branca de sociedade ou “criolla” a quem desde o começo do romance este “amou”. No casamento de Paulo e Josefina, no final do romance, Gonzalo olha impressionado para Paulo jogando dinheiro para seus convidados das camadas populares e ele conclui que, cito:

*Aquel hombre sin educación, sin ideas fundamentales, valía más que aquellos encascados de la crema y toda la presuntuosa pardocracia allí reunida. [Mil veces mejor] era para Josefina ir a aquellos brazos bárbaros, que no a los de sus iguales o de algún pardito petulante y vanidoso. Era toda una generación enana, incapaz de ideas sólidas, ni del valor ni de la perseverancia de Paulo Guarimba. Este era un hombre simple y basto, pero un hombre. En aquella alma, estaba seguro, no había cabida para las mil pequeñeces de la turba de casaca y guantes blancos. [...] Josefina ganaba al injertar, al unir su vieja savia gastada, podrida, con el vigor y la salud que representaba aquel hombre, heroico, bondadoso y bárbaro* (grifos meus) (URBANEJA, 1997, p. 326).

A “pardocracia” se oporá socialmente à origem marginalizada de Paulo. Ao uni-lo à classe “criolla”, a obra coloca o popular como opção nacional e põe a questão social em relação direta com o problema agrário, criticando, por oposição, às práticas decadentes da sociedade rural venezuelana e, por contraste liberal, à retórica fundacional do liberalismo agrícola instaurada por Bello.

### **3 Crise constitucional e caráter ex-colonial**

A tensão com a retórica fundacional nos romances coloca a herança colonial num diálogo simbólico-literário com a instância política que articulou o momento de independência: o constitucionalismo. Ele determinou as práticas sociais na nova situação ex-colonial em múltiplas maneiras, entre elas, discursiva. Nele, as facções distintas da nova classe governante discutiram, com ardor oitocentista, a forma política e a ordem social no quadro da nova liberdade adquirida na emancipação da Europa ibérica enquanto o pensamento ilustrado e a ideologia do liberalismo provenientes da Europa não-ibérica tomaram cunho americano. Nessa separação e apropriação reside um capital importante da força crítica dos romances. Atendendo à história política de cada país apreciar-se-ia como opera o embate constitucional dentro da articulação entre representação narrativa, literatura nacional e prática societal.

O elemento retórico principal nessa articulação, contida na literatura nacional, é a afirmação de separação da Europa. No plano histórico, em 1822, dom Pedro I emancipa o Brasil de Portugal e, em 1824, Simón Bolívar conclui na Venezuela a emancipação da Espanha. No plano discursivo, em ambos os países é uma necessidade reafirmar a separação, mas é distinta a relação de cada um com sua ex-metrópole respectiva. En quanto no Brasil reina um membro da família real portuguesa, na Venezuela se rompe com a ordem monárquica espanhola e se adota a república, mas em ambos os casos a instância constitucional é central à representatividade e governo. Tais diferenças marcam a qualidade de separação com a agora ex-metrópole euro-ibérica –negociada uma, sangrenta a outra–, tudo o que influirá na retórica fundacional que *inventa* a identidade nacional na nova representabilidade constitucional como mostram, por exemplo, os textos programáticos de José Bonifácio de Andrada e Silva, Joaquim Gonçalves Ledo e Simón Bolívar –que aqui não analiso.

A partir desses fatos se constata a história política e é evidente que os processos de independência não foram conduzidos pelos sujeitos marginalizados representados na retórica nacional. Nem o guarani alencariano, nem os aztecas, incas ou araucanos de Bello são protagonistas de fato do processo constituinte no nascimento político da nação, porém o são sim da retórica fundacional que estende as origens identitárias ao passado colonial não-ibérico e pré-colombiano –o que não acontece na retórica anglo-americana do peregrino onde o índio é adversário e o negro se opõe ao branco na ótica do binarismo racial. Embora as sociedades no Brasil e na Venezuela sejam etnicamente misturadas e transculturais, no sentido de Fernando Ortiz (2002, p. 254-260), o segmento dominante e, em particular, a elite governante urbana tendia a se identificar *fundamentalmente* com o fenótipo ibérico –origem, aliás, com sua própria história de misturas– e/ou a manter e reproduzir *fundamentalmente* os modos ideológicos e instituições sociais ibéricas e europeias, sendo possuidora, em território americano, da língua, cultura e visão de mundo correspondente a esta origem, a despeito de suas representações românticas da nação.

A experiência da sociedade ex-colonial e independente das colônias de Portugal e da Espanha relaciona de maneira contraditória pelo menos dois tipos de sujeito cultural. Por um lado, o sujeito ibero-americano entendido como o ‘europeu’ nascido na colônia americana numa situação de poder limitado respeito à metrópole ibérica –o que também o diferencia da participação do anglo-americano na administração do Império Britânico– e o sujeito marginalizado, ou seja, o índio desapropriado e catequizado e o africano desterrado e escravizado. Se pensarmos na teoria pós-colonial anglófona, vê-se que o índio e o negro na América ibérica não são ‘subalternos’ no sentido de povo autóctone que se emancipa do poder colonizador porque as práticas de exclusão colonial da desapropriação e escravização continuarão a serem exercidas pela ‘nova’ condução política da elite criollo-hispana ou luso-americana contra esses sujeitos marginalizados étnica e socialmente. Por isto, o termo ex-colonial tem o sentido de o sujeito ibero-americano ambivalentemente entender sua sujeição a formas políticas ibéricas e europeias e se desentender da sujeição que ele próprio exerce reproduzindo a hierarquia colonial em tempos imperiais ou republicanos. A elite latino-americana pode se definir como sujeito ‘europeizado’ ou ‘europeizante’ no sentido que confirma sua ‘natural’ filiação ibérica e europeia, ao mesmo tempo em que se afasta dessa filiação por meio da experiência periférica de sua localização geográfica americana. Paradoxalmente, o sujeito ibérico-americano ex-colonial afirma sua independência e inventa sua identidade nacional emprestando para si a imagem do historicamente excluído. Esse sujeito ex-colonial não é um autóctone letrado “falando por” um autóctone “subalterno”, como explica Spivak no caso indiano (1995, p. 26), mas um ‘ibero-americano’ se representando a si através de um “subalterno”. Se nos dois casos “o subalterno não fala”, a diferença entre pós-colonial e ex-colonial é que o primeiro refere uma cultura nativa não ocidental e o segundo refere uma transcultura onde domina a visão da elite europeizada.

#### **4 Conclusão**

Dado que o nacional idealismo de Policarpo e Gonzalo se inspira nas interpretações da nação oficiais e convencionalmente aceitas, seus fracassos, intelectual e agrário, são indicativos não só das exclusões política e econômica dentro das respectivas ficções sobre a sociedade civil, mas, por contraste, da exclusão histórica extra-literária

dos sujeitos marginalizados social e etnicamente. A interligação entre as exclusões narrativas e históricas abre as ficções à revisão crítica da afirmação de independência na literatura da fundação da nação. Drama e enunciação servem assim de tensão simbólica do adiamento da questão social e se contrastam textualmente, como foi analisado, com as escritas de Bello e Alencar enquanto elas afirmam a nação em direto apelo à terra e aos sujeitos excluídos cuja situação extra-discursiva, porém, está marcada mais pela herança colonial que pela libertação discursiva da afirmação de independência.

O fracasso das personagens estudadas representa uma crítica às soluções simbólicas da literatura fundacional e uma crítica que desconstrói sua retórica. A queda do ideal cobra das sociedades carioca e caraquense, em obras publicadas no quase centenário de independência, o adiamento da emancipação social acompanhada do problema do latifúndio e a escravidão, tudo o que foi herdado da colônia e que não foi resolvido em constitucionalismos sustentados na ideia de liberdade.

### **Referências bibliográficas**

- BELLO, Andrés. *Obra literaria. Andrés Bello*. Caracas: Ayacucho, 1979.
- CÂNDIDO, Antônio. Literatura e subdesenvolvimento. In *A educação pela noite*. São Paulo: Ática 1989, p. 140-161.
- LIMA BARRETO, A. H. de. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- ORTIZ, Fernando. “Del fenómeno de la transculturación y de su importancia en Cuba”. *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*. 1940. Madrid: Cátedra, 2002. 254-260.
- SPIVAK, Gayatri. Can the Subaltern Speak? In Bill Ashcroft et al. *The Post-Colonial Studies Reader*. Londres: Routledge, 1995, p. 24-8.
- URBANEJA ACHELPOHL, Luis Manuel. *En este país...!* Caracas: Monte Ávila, 1997.